



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Ontologia, metafísica e crítica como semântica transcendental desde Kant

Daniel Omar Perez

Como citar: PEREZ, D. O. Ontologia, metafísica e crítica como semântica transcendental desde Kant. *In:* SANTOS, L. R.; LOUDEN, R. B.; MARQUES, U. R. A. (org.). **Kant e o A Priori**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 91-114.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7983-928-3.p91-114>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

ONTOLOGIA, METAFÍSICA E CRÍTICA COMO SEMÂNTICA TRANSCENDENTAL DESDE KANT

Daniel Omar Perez

*Será bom para a metafísica não tomar
conceitos por coisas ou antes, seus
nomes por conceitos raciocinando assim
inteiramente no vazio
Kant.*

1. DA METAFÍSICA EM SEUS VÁRIOS SENTIDOS À ONTOLOGIA DOS OBJETOS SENSÍVEIS

Na obra de Kant encontramos diferentes modos de definir os conceitos de metafísica e de ontologia. Algumas dessas definições referem ao trabalho da tradição dogmática na história da filosofia, outras dizem respeito de uma nova significação dada *em-relação-a* ou *a-partir-do* trabalho crítico e da filosofia transcendental¹. No caso específico do conceito de metafísica já no período pré-crítico Kant afirma em *Geistersehers erläutert durch Traüme der Metaphysik* (*Sonhos de um visionário*) que esta disciplina oferece dois tipos de vantagens:

A primeira consiste em levar adiante tarefas que suscita o espírito indagador quando trata de descobrir mediante a razão propriedades ocultas das coisas. Porém, nisto o resultado decepciona bastante a miúde a esperança e esta vez também tem escapado das nossas ansiosas mãos.

Ter frustra compressa manus, effugit imago,

Par levibus ventis volucrique simílma somno².

A outra vantagem resulta mais adequada à natureza do entendimento humano e consiste em comprovar se a tarefa é proporcionada àquilo que pode se saber, e que relação tem a questão com os conceitos de experiência sobre os que sempre devem se apoiar todos os nossos juízos.

Nesse sentido, a Metafísica é uma ciência dos limites da razão humana [...]. (A 115).³

Com efeito, as “duas vantagens” que Kant menciona em 1766 não são senão duas perspectivas sob as quais entendermos a metafísica como aquilo que resultou até agora e tarefa:

1. Como indagação para além da experiência, a decepção de Kant se refere ao conceito de espírito proposto por Swedenborg e analisado no texto citado;
2. Como ciência dos limites.

Uma refere ao exercício frustrante (porque nunca decisivo) da tradição que procura o oculto, a outra indica uma tarefa por se fazer e é caracterizada como tendo uma consequência negativa. Por um lado, de acordo com os resultados do texto de 1766, as afirmações dogmáticas acerca do conceito de espírito não resistem à análise da sua pretensa validade em diferentes contextos de uso. Kant chega à conclusão de que não podemos aplicar essa categoria em qualquer situação cognitiva⁴. Por outro lado, a tarefa de saber até onde podemos avançar com o uso do entendimento na ampliação do conhecimento não forneceria novos conhecimentos, mas nos evitaria a ilusão de buscar ou de afirmar aquilo que está para além dos nossos limites. O problema de afirmar tal ou qual conhecimento positivo sobre algo se desloca a um ponto anterior e passa a levar em consideração as condições desde onde poderia ser afirmado tal ou qual conhecimento.

Já em plena *década* de 1790, uma vez desenvolvido completamente o horizonte da filosofia crítica, no início do manuscrito sobre *Welche sind die wirklichen Fortschritte, die Metaphysik seit Leibnizens und Wolffs Zeiten in Deutschland gemacht hat? (Progressos da Metafísica)*⁵ Kant começa afirmando que a metafísica é “um mar sem ribeiras onde o progresso não deixa marcas” (Ak XX, 259). No entanto, também se interroga do seguinte modo: “o que é propriamente que a razão quer com a metafísica? Qual fim final (*Endzweck*) tem com sua elaboração?” (Ak XX, 259). Assim, a metafísica seria “a ciência direcionada para o progresso *do conhecimento do sensível para o suprassensível* por meio da razão” (Ak XX, 260, grifo nosso). O sensível referiria aos objetos dos sentidos, estudados por ciências de uma experiência possível. Já o suprassensível alcançaria um tipo de conhecimento que não se referiria àquele tipo de experiência. Dentro deste

quadro, Kant opera uma redução ou delimitação sobre o significado de ontologia que Christian Wolff (2005) considerava como sendo a filosofia primeira. Contra isso cito Kant, a saber:

A ontologia é aquela ciência (enquanto parte da metafísica) que constitui um sistema de todos os conceitos e princípios do entendimento, mas apenas na medida em que se referem a *objetos que podem ser dados aos sentidos* e serem certificados pela experiência. A ontologia não toca o suprassensível, fim final, no entanto, da metafísica, assim, não pertence a esta senão como propedêutica, como pórtico ou átrio da metafísica propriamente dita e é denominada filosofia transcendental por conter as condições e primeiros elementos de todo o nosso conhecimento *a priori*.

Em ela não tem tido muito progresso desde Aristóteles. (Ak XX, 260, grifo nosso).

É preciso evitar qualquer excesso na atribuição de abrangência dos conceitos na leitura deste parágrafo. Primeiro, a expressão “todo o nosso conhecimento *a priori*” refere apenas a todo nosso conhecimento *a priori* com relação aos **objetos da experiência cognitiva**, tal como podemos precisar a partir do dito no início da citação. Isso significa que esta definição de ontologia alcança menos o *ser enquanto ser* (aristotélico ou wolffiano) que os **objetos de uma experiência possível** definidos e delimitados apenas na primeira crítica. Assim, Kant estabelece que “a ontologia é uma resolução do conhecimento nos conceitos *a priori* do entendimento e tem seu uso na experiência.” (Ak XX, 260). Portanto, devemos advertir que aqui não estamos falando de objetos da filosofia prática. Um ponto controverso seria ainda se essa definição de ontologia inclui os objetos da matemática ou conhecimento por construção de conceitos. Entendemos que embora por momentos as passagens possam ser ambíguas dando a entender de que se trata de objetos dados, é pertinente afirmar que se trata de objetos sensíveis tanto puros quanto empíricos. Portanto, efetivamente incluiria objetos como números ou figuras geométricas e também objetos físicos.

Por sua vez, em segundo lugar, se estabelece uma relação de equivalência entre ontologia e filosofia transcendental. Assim, temos ainda mais uma questão que não é nem trivial nem pouco problemática: o escrito dos anos 1790 reduz “filosofia transcendental” a “ontologia” e esta a “ciência dos conceitos e princípios que referem aos objetos que podem ser dados aos sentidos”. Entende-

mos que com o desenvolvimento da *GMS* (Fundamentação) e *KpV* (Crítica da razão prática) há outra significação do termo “filosofia transcendental” que inclui não apenas “a ciência dos conceitos e dos princípios que referem aos objetos que podem ser dados aos sentidos” senão também “a investigação acerca do princípio supremo da moralidade”, onde um tipo especial de conhecimento se estende com apenas os princípios da pura razão, sem nada de empírico. Mas Kant, controversamente, não incluiu esse aspecto no texto dos *Fortschritte* (Progressos).

Para explicitarmos a nossa posição podemos dizer que entendemos que Kant começa com uma noção restrita de filosofia transcendental na primeira crítica associada a ontologia desenvolvida na razão teórica e mais tarde desenvolve o conceito de filosofia transcendental ampliada incluindo o princípio supremo da moralidade desenvolvido na razão prática. Este movimento será compreendido em (Progressos) *Fortschritte* por Kant como a passagem da ontologia para a metafísica como conceitos re-significados e, portanto, diferenciados do significado dos mesmos usados na tradição caracterizada por Kant como dogmática.

2. UMA CRÍTICA DA RAZÃO PURA CONTRA A METAFÍSICA DOGMÁTICA

De acordo com Kant nos *Fortschritte* (Progressos), a metafísica “em seu conceito escolástico é: o sistema de todos os princípios do conhecimento racional teórico puro mediante conceitos, em resumo: ela é o sistema da filosofia teórica pura.” (Ak XX, 261). Assim, os metafísicos **dogmáticos** avançaram com princípios ontológicos para além dos objetos da experiência onde nada pode ser confirmado ou refutado, isto é, dito válido, precisamente por se tratar já não do sensível, mas do suprassensível. “Esta é a via dos dogmáticos, anterior à época de Platão e Aristóteles, mas que se estende até a época de Leibniz e Wolff [...]” (Ak XX, 262). Esta via, natural e ilusória do próprio funcionamento da razão tem como contrapartida a via dos **céticos** com sua doutrina da dúvida sobre as afirmações dogmáticas. O terceiro passo dado pela metafísica é realizado na **crítica da razão pura** no que diz respeito à capacidade (*Vermögen*) de ampliação *a priori* do conhecimento humano em geral. Segundo Kant, os três tempos (dogmatismo, ceticismo e crítica) estão fundados na própria natureza da capacidade humana de conhecimento em seu funcionamento. Isto significa que não se trata de uma linha continua de superação absoluta, mas três momentos que sempre podem recomeçar segundo seja o modo em que a razão funcione.

Para podermos avançar numa apreciação dos “progressos da metafísica” e compreendermos a natureza de uma **crítica da razão pura** devemos dividir a questão em uma parte formal e outra parte material. A parte formal que nos interessa para observar o progresso da razão na tentativa de resolução dos seus problemas necessários é dividida por Kant em três passos:

1. Fazer a distinção de juízos analíticos e sintéticos;
2. Formular a pergunta: como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*?
3. Estabelecer o problema da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*: isto é, discutir sua possibilidade e provar sua realidade objetiva.

Nesse terceiro ponto, sobre a possibilidade (validade) e prova, encontramos os elementos sintáticos e semânticos indispensáveis que queremos destacar. Só com o desenvolvimento daquele percurso, que se conclui na apresentação dos elementos para uma prova, numa crítica da razão pura estaremos em condições de retomar com Kant o problema da possibilidade de uma metafísica:

A filosofia transcendental, quer dizer, a doutrina acerca da possibilidade de todo conhecimento *a priori* em geral, que é a crítica da razão pura e cujos elementos tem sido agora completamente exibidos, tem como seu fim a fundação de uma metafísica, cujo fim, pela sua vez, enquanto fim da razão pura, propõe-se ampliar o limite do sensível para o suprasensível; e este é um passo em excesso (*Überschritt*) que para não ser um salto perigoso, dado que não é um processo contínuo dentro da mesma ordem de princípios, é necessária uma extrema preocupação em relação com os limites de ambos os territórios. (AK XX, 272).

Ao mesmo tempo em que é impeditivo avançar no conhecimento teórico para além dos objetos da experiência, delimitado isto em seus conceitos e princípios sob a noção de ontologia, a crítica da razão pura prepara o campo para avançar na possibilidade de um conhecimento com meros princípios da pura razão, o que está sendo denominado aqui de metafísica. Nesse sentido, Kant é terminante: os resultados de uma crítica da razão pura nos permitiriam afirmar que a “amplitude do conhecimento teórico da razão pura não se estende para além dos objetos dos sentidos.” (Ak XX, 273). “Não é possível

conhecimento algum do suprassensível no que diz respeito à capacidade especulativa da razão.” (Ak XX, 277). “Para o fim final da metafísica, consistente na tentativa de transcender o sensível e passar para o suprassensível, esse conhecimento é, por tanto, inadequado.” (Ak XX, 286). A restrição no avanço do conhecimento pela razão está dada pelo modo de conferir realidade objetiva às categorias. Kant menciona dois procedimentos com relação às categorias do entendimento e as ideias da razão: o esquema e o símbolo (Ak XX, 279-280). Esses dois procedimentos oferecem regras referenciais (semânticas) para a objetivação das categorias usadas na formulação do conhecimento explicitado em juízos. Se as regras referenciais são restritivas enquanto ao uso das categorias e impõem limites àquilo que pode ser considerado um conhecimento teórico válido então perguntamos com Kant: “qual tipo de progresso pode fazer a metafísica respeito do suprassensível?” (Ak XX, 296). Kant reservará o termo suprassensível para referir ao território da liberdade. Passar-se-ia de uma filosofia como ciência especulativa para uma filosofia como doutrina da sabedoria (Ak XX, 301). A passagem realizada é da razão teórica, tentando dar conta da experiência cognitiva e seus limites, para a razão prática, tentando dar conta da experiência prática (ou moral em sentido amplo) que já é pura, isto é, apenas segundo princípios da razão. Portanto, não passamos de um conhecimento físico dos objetos para um conhecimento metafísico de entidades transcendentais, mas de um domínio de objetos dados na sensibilidade para outro domínio, o da liberdade. Assim Kant explica na Introdução à terceira crítica a localização dos conceitos usados em um domínio e em outro. Cito Kant:

Os conceitos, na medida em que podem ser relacionados com seus objetos e independentemente de saber se é ou não possível um conhecimento dos mesmos, têm seu campo (*Feld*), o qual é determinado simplesmente segundo a relação que possui o seu objeto com a nossa capacidade de conhecimento. A parte deste campo, em que para nós é possível um conhecimento, é um território (*Boden*) para estes conceitos e para a capacidade de conhecimento correspondente. A parte desse campo a que eles ditam as suas leis é o domínio (*Gebiet*) (*ditio*) destes conceitos e das capacidades de conhecimento que lhes cabem. (KU XVII).

Assim então temos o âmbito dos objetos dados na sensibilidade (e aqui encontramos a ontologia) e o âmbito da liberdade e seus respectivos conceitos (o que Kant está indicando no texto de *Fortschritte* [Progressos] como metafísica). No que diz respeito à parte referente a uma teologia transcendente Kant deixa muito

claro seu posicionamento com relação a uma doutrina especulativa sobre o *Ens Originarium*, a metafísica e os limites da ontologia. Cito Kant (Ak XX, 301-304):

Com a metafísica a razão quer se fazer um conceito da origem de todas as coisas, do ser originário (*ens originarium*) e da sua natureza intrínseca; começa subjetivamente pelo conceito originário (*conceptus originarius*) de *cosidade* em geral (*realitas*), quer dizer, daquilo cujo conceito representa em si mesmo um ser a diferença daquilo cujo conceito representa um não ser, porém, para pensar objetivamente o incondicionado desse ser originário, o representa como contendo o todo (*omnitudo*) da realidade (*ens realissimum*), determinando assim por completo o seu conceito de ser supremo, o que nenhum outro conceito consegue, e no que diz respeito à possibilidade de um tal ser, como Leibniz acrescenta, não há dificuldade em provar, porque as realidades enquanto meras afirmações não podem se contradizer, e o que é pensável em virtude do seu conceito a si mesmo não se contradiz, isto é, tudo aquilo de que é possível o conceito, é também uma coisa possível, eis, no entanto, algo perante o qual a razão guiada pela crítica pode muito bem abanar a cabeça.

Será bom para a metafísica não tomar conceitos por coisas ou antes, seus nomes por conceitos raciocinando assim inteiramente no vazio.

De acordo com Kant, na metafísica dogmática fazemos de uma condição subjetiva do pensamento a condição objetiva da possibilidade das próprias coisas. Assim, confundimos **conceitos** que podem ter uma significação lógica com **coisas** que precisam ser dadas na sensibilidade. Freud chama a esse fenômeno de esquizofrenia. Entretanto, Kant mostra que se trata do procedimento da metafísica dogmática que não tendo realizado aquela distinção fundamental, tenta provar algum destes dois enunciados:

- 1 - Um ser metafísico de todo perfeito deve existir necessariamente, pois se não existisse faltar-lhe-ia a perfeição;
- 2 - Um ser que existe como ser necessário deve ter toda a perfeição, pois se não a tivesse não seria plenamente determinado *a priori* pelo seu conceito, logo, não poderia ser concebido como necessário.

Através da análise logico-semântica dos enunciados Kant chega à conclusão de que da existência suposta não podemos afirmar a existência necessária. O problema central aqui girará em torno do que é a existência. Enquanto no caso

do dogmatismo a existência é um predicado, no caso de Kant se proporá a existência como posição. A regra que permite aplicar o conceito de existência aos objetos dados na sensibilidade (espaço-tempo) conferirá a restrição do seu uso e permitirá decidir o limite de um conhecimento dito válido (PEREZ, 2008, p. 74ss).

É assim que compreendemos a definição kantiana de ontologia em KrV A 247:

As suas proposições fundamentais são apenas princípios da exposição dos fenômenos e o orgulhoso nome de ontologia, que se arroga a pretensão de oferecer, em doutrina sistemática, conhecimentos sintéticos *a priori* das coisas em si (por ex. o princípio da causalidade) tem de ser substituído pela mais modesta denominação de simples analítica do entendimento puro.

Com efeito, o que a Analítica transcendental oferece são princípios de exposição dos fenômenos e não predicados do ser enquanto ser ou da coisa em si. Nesse sentido, a marca referencialista de Kant nos conduz a definir o projeto crítico a partir de uma semântica transcendental. É no desenvolvimento dessa semântica transcendental, desde a dedução transcendental das categorias, passando pelo esquematismo, até os princípios do entendimento que encontramos a questão “ontológica”. Dito por outras palavras, a questão ontológica se resolve no interior de uma elaboração acerca do *que* e do *como* dos juízos, isto é, do que se relaciona e do como se relaciona na estrutura de um juízo.

3. CRÍTICA COMO SEMÂNTICA

A *Crítica da razão pura* tem sido interpretada nos últimos duzentos anos das mais variadas formas, a saber: como psicologia, teoria do conhecimento ou até mesmo como fundamentação da metafísica. Dentre todos os interpretes, para dar alguns exemplos, podemos citar desde os mais contemporâneos como Patricia Kitcher (1990), até o grande leque dos denominados neo-kantianos como Herman Cohen (1885) ou seus opositores como Heidegger (1998).

No entanto, de acordo com Kant, uma crítica da razão pura nos deveria fornecer os elementos para reconhecer quando um conhecimento pode ser dito válido. Isto nos permitiria decidir se os problemas da metafísica sobre objetos transcendentais são ou não possíveis de serem resolvidos pela via da razão teórica. Por isso, Kant afirma em (KrV B 19) que o verdadeiro problema de uma

crítica da razão está contido na pergunta: como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*? Dito por outras palavras: quais são as condições de possibilidade para que um enunciado seja considerado válido, isto é, possa ser determinado como verdadeiro ou como falso? Esse é o ponto de partida para entender a crítica a partir da estrutura do juízo. Podemos dizer que essa foi a pauta das interpretações da crítica dos últimos 50 anos. Porém, o problema não se reduzia apenas à estrutura sintática das proposições senão que se estendia à significação dos conceitos envolvidos na sua formulação. Isso é algo que o próprio Kant foi entendendo aos poucos no período pré-crítico. Especialmente pode ser visto no final do texto sobre a falsa subtileza das quatro figuras do silogismo e naquele do único fundamento possível para a existência de Deus (PEREZ, 2008; VALENTIM, 2009). Assim, dentre aqueles que consideram a estrutura do juízo como o elemento fundamental e o ponto de partida podemos encontrar um subgrupo que destacou o elemento semântico.

Rudolf Zocher (1959, p. 138 e ss) em *Kants Grundlehre. Ihr Sinn, ihre Problematik, ihre Aktualität* afirma que já no neokantismo e em especial em Emil Lask (2003) em *Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre* (escrito no início do século XX, citando a edição de 1911) há uma atualização da doutrina kantiana da transcendentalidade e da validade em termos de uma *semântica*. Lask procurava realizar o pensamento transcendental com a eliminação da subjetividade sob a forma de uma semântica objetiva pura. Nesse sentido, afirma Zocher (1959, p. 143): “Sem dúvida, há princípios na doutrina de Kant para uma semântica objetiva pura.

Butts, (1969) em *Kant’s schemata as semantical rules*, Sellars, (1968) *Science and Metaphysics: Variations on Kantian Themes* e Hintikka (1973) *Logic, Language-games, and Information: Kantian Themes in the Philosophy of Logic*; são casos de trabalhos onde é mencionada a questão semântica.

Wolfram Högrefe (1974) em *Kant und das Problem einer transzendentalen Semantik* localiza o problema central da doutrina kantiana como sendo a questão da significação (*Bedeutung*). Para desenvolver sua tese começa examinando os múltiplos significados da palavra “*Konstitution*” tanto nas suas acepções não-filosóficas quanto filosóficas até chegar na noção de “*Wortgebrauchs*” em Carnap, a tradição analítica e Kant. Com esses elementos e com a análise de uma parte da crítica da razão pura, especialmente o esquematismo transcendental, propõe uma semântica transcendental em Kant.

Depois de Horgrebe encontramos o trabalho de Brittan (1978) em *Kant's Theory of Science* com outra menção sobre o problema semântico de Kant.

A interpretação semântica de Zeljko Loparic desenvolvida na sua tese de doutorado (1981) e publicada na forma de livro (2000) sob o título *A semântica transcendental de Kant* nos oferece novos elementos. A diferença dos textos de Lask (2003) onde encontramos o início de uma teoria do conceito em Kant, de Zocher (1959) onde podemos ler a menção da possibilidade de uma semântica em Kant e de Horgrebe (1974) onde se formula uma semântica transcendental desde uma análise e interpretação do esquematismo inserido na tradição do problema do uso do conceito, a tese de Loparic apresenta uma análise exaustiva de toda a estrutura da primeira crítica que nos permite uma leitura sistemática da obra onde concorrem todos os seus elementos. A crítica entendida como teoria da resolução dos problemas da razão e a semântica transcendental como seu centro, permite dar resposta à problemática aberta pelos céticos contra os dogmáticos acerca da validade do conhecimento objetivo teórico não no sentido de propor uma “nova metafísica” senão de propor uma indagação acerca das condições de possibilidade (validade) das proposições numa experiência cognitiva.

Existem outros trabalhos na linha de uma interpretação semântica ou que mencionam o problema realizados posteriormente ao trabalho de Loparic. Por exemplo, Brandt (1995) *The table of judgments: Critique of pure reason* (A 67-76; B 92-101); McDowell (1994) *Mind and World*, Robert Hanna (2001) *Kant and the Foundations of Analytic Philosophy* e Dickerson (2003) *Kant on representation and objectivity*.

Eu vou me restringir à estrutura fundamental do conjunto das teses desenvolvidas pela interpretação semântica de Campinas durante os anos 1980, 1990 e 2000⁶.

4. O PROJETO SEMÂNTICO E OS TIPOS DE JUÍZOS

De acordo com Kant, os problemas da metafísica não são meramente ociosos ou prescindíveis senão que são produzidos pelo próprio funcionamento da razão. Nesse sentido, eles devem poder ser determinados como possíveis de serem resolvidos ou não. Cito Kant,

A razão humana, num determinado domínio dos seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões, que não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza, mas às quais também não pode dar resposta por ultrapassarem completamente as suas possibilidades. (KrV A VII).

É porque o problema é formulado no próprio funcionamento da razão que Kant busca uma solução indagando nesse sentido. Para poder decidir a questão Kant se pergunta pelas condições de possibilidade das proposições sintéticas *a priori*. Cito Kant:

Ora o verdadeiro problema da razão pura está contido na seguinte pergunta: *como são possíveis os juízos sintéticos a priori?*

O fato da metafísica até hoje se ter mantido em estado tão vacilante entre incertezas e contradições é simplesmente devido a não se ter pensado mais cedo neste problema, nem talvez mesmo na distinção entre juízos *analíticos* e juízos *sintéticos*. A salvação ou a ruína da metafísica assenta na solução deste *problema* ou numa demonstração satisfatória de que não há realmente possibilidade de resolver o que ela pretende ver esclarecido. (KrV B19).

O procedimento de análise e síntese usado por Kant na apresentação da sua investigação nos permite achar os ingredientes ou elementos do juízo e chegar a um resultado. Com isso obtemos, como condições de possibilidade do juízo, representações sensíveis, representações intelectuais, regras sintáticas da relação entre conceitos, regras semânticas ou referenciais que vinculam conceitos e múltiplos intuitivos, regras operativas do funcionamento da razão em sentido amplo que permitam fazer funcionar o dispositivo que executa as regras sintáticas e semânticas, e o operador das regras que Kant chama de natureza humana ou também de razão humana.

Com isto estamos em condições de passar da disposição natural para a decisão acerca da metafísica como ciência, cito Kant:

Assim, em todos os homens e desde que neles a razão ascende à especulação, houve sempre e continuará a haver uma metafísica. E, por conseguinte, também acerca desta se põe agora a pergunta: *como é possível a metafísica enquanto disposição natural?* ou seja, como é que as interrogações, que a razão pura levanta e que, por necessidade própria, é levada a resolver o melhor possível, surgem da natureza da razão humana em geral?

Como, porém, até agora todas as tentativas para dar resposta a essas interrogações naturais, como seja, por exemplo, se o mundo tem um começo ou existe desde a eternidade, etc., sempre depararam com contradições inevitáveis, não podemos dar-nos por satisfeitos com a simples disposição natural da razão pura para a metafísica, isto é, com a faculdade pura da razão, da qual, aliás, sempre nasce uma metafísica (seja ele qual for); pelo contrário, tem que ser possível, no que se lhe refere, atingir uma certeza: a do conhecimento ou ignorância dos objetos, isto é, uma decisão quanto aos objetos das suas interrogações ou quanto à capacidade ou incapacidade da razão para formular juízos que se lhes reportem; conseqüentemente, para estender com confiança a nossa razão pura ou para lhe pôr limites seguros e determinados. Esta última questão, que decorre do problema geral acima apresentado, poderia justamente formular-se assim: *como é possível a metafísica enquanto ciência?* (KrV B22).

Assim, o problema da natureza do objeto da experiência cognitiva e da capacidade da razão de formular juízos que se refiram a eles se apresenta como o problema central formulado na pergunta pela possibilidade dos juízos.

Este problema não é apenas formulado na primeira crítica em 1781 e 1787. O programa da filosofia kantiana se expressa da mesma forma durante toda a obra. Em *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten* (GMS) 1784, referindo-se ao problema da razão prática, Kant afirma: “Surge agora a questão: como são possíveis esses imperativos.” Kant avança ainda uma especificação sobre a tarefa empreendida. Cito (AA 04, GMS 48):

[...] a questão de como é possível o imperativo da moralidade é, sem dúvida, a única que precisa de solução, visto que ele não é de modo algum hipotético e, por conseguinte, a necessidade objetivamente representada não pode se apoiar em qualquer pressuposto como nos imperativos hipotéticos.

No entanto, esta tarefa parece ser apenas esboçada na GMS pelo que se declara, nessa obra (AA 04 GMS 95):

Como é possível *a priori* uma tal proposição prática sintética e por que ela é necessária, eis aí um problema cuja solução não está dentro dos limites da Metafísica dos Costumes, nem temos afirmado sua verdade aqui, muito menos alegado ter em nosso poder uma prova da mesma.

Porém, finalmente em (AA 04, GMS 110), a pergunta volta a aparecer explicitamente, propondo seguidamente uma demonstração de “*como é possível um imperativo categórico?*”

A pergunta explícita pela possibilidade das proposições sintéticas não se limita à razão teórica e à razão prática. Na terceira crítica, na “Investigação da questão se no juízo de gosto o sentimento de prazer precede o ajuizamento ou se este ajuizamento precede o prazer”, Kant diz: “A solução deste problema é a chave da crítica do gosto e por isso digna de toda atenção”. Aqui aparece a seguinte declaração:

O prazer que sentimos nós o imputamos a todo outro, como se, quando denominamos uma coisa bela, se tratasse de uma qualidade do objeto, que é determinada nele segundo conceitos; pois a beleza, sem referência ao sentimento do sujeito, por si não é nada. Mas temos que reservar a discussão desta questão até a resposta àquela outra: como juízos estéticos são possíveis? (AA 05 KU 30).

A sentença kantiana é tão clara como nos outros dois casos. Tanto na razão teórica e na razão prática quanto nos *juízos reflexionantes*, o problema é **a possibilidade das proposições sintéticas**; isto é: como são possíveis juízos sintéticos *a priori* cognitivos, imperativos e estéticos.

Com isto já teríamos elementos para pensar que o problema da razão pura na sua sistemática tarefa crítica, como filosofia transcendental em sentido amplo (e não apenas restrito à primeira Crítica), passa decididamente pela indagação acerca da possibilidade dos juízos. Porém, os diferentes momentos do texto kantiano nos quais a tarefa aparece explícita não terminam por aqui. Em *Die Religion Innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft* (RGV), podemos citar uma nota de rodapé muito esclarecedora:

Se a proposição ‘Há um Deus’, por conseguinte: ‘Há um bem supremo no mundo’ tiver (como proposição de fé) de provir somente da moral, é uma proposição sintética *a priori*; embora ela seja aceita apenas na referência prática, vai além do conceito de dever, que a moral contém (e que não pressupõe nenhuma matéria do arbítrio, mas somente leis formais suas) e não pode, portanto, desenvolver-se a partir da moral. Mas como é possível semelhante proposição *a priori*?

Kant continua:

A consonância com a simples ideia de um legislador moral de todos os homens é, decerto, idêntica ao conceito moral de dever em geral, e, assim, a proposição que ordena tal consonância seria analítica. Mas a aceitação da existência de um objeto diz mais do que a sua mera possibilidade. A chave para a solução deste problema, tanto quanto a julgo discernir, só a posso aqui indicar, sem a desenvolver (AA 08, RGV BA IX – X).

Nessa linha de reflexão podemos pensar que a pergunta kantiana pela possibilidade das proposições se estende à doutrina do direito com o enunciado: “Isto é meu”. Cito Kant no parágrafo 6 *Dedução do conceito da posse meramente jurídica de um objeto exterior (possessio noumenon)*:

A questão ‘como são possíveis um *meu* e *seu* exteriores’ se resolve na questão ‘como é possível uma posse meramente jurídica (inteligível)?’, e esta, por sua vez, na terceira: ‘como é possível uma proposição jurídica sintética *a priori*?’

Também vemos a mesma preocupação na história, no texto: *Der Streit der Fakultäten*, quando Kant deve decidir sobre a validade da proposição “O gênero humano progride para melhor”. Trata-se de uma proposição sintética *a priori* e como tal sua validade não pode ser decidida nem apenas pelo princípio de identidade e não contradição nem empiricamente.

Em todos os casos que citamos até aqui a possibilidade (validade) das proposições sintéticas *a priori* é resolvida não apenas de modo a esclarecer as regras sintáticas de sua estrutura (Sujeito – conetiva lógica – predicado: S.p) se não introduzindo algum tipo de elemento sensível entre seus ingredientes. Isso permite estabelecer algum tipo de referência.

Na primeira crítica as categorias do entendimento referem à intuição e com isso restringem seu uso aos objetos dados na sensibilidade (LOPARIC, 2000; PEREZ, 2008). Já na segunda crítica temos um princípio da razão pura e um tipo de sentimento que Kant denomina de respeito (*Achtung*) (LOPARIC, 1999; PEREZ, 1999, 2001, 2008). Na terceira crítica encontramos as categorias vinculadas a um sentimento de prazer e desprazer (LOPARIC, 2001, 2010; PEREZ, 2006, 2008). Na doutrina do juízo *isto é meu* refere a uma força coercitiva do Estado (LOPARIC, 2005). Na reflexão sobre a história o progresso para melhor das ideias da república

está associado ao afeto do entusiasmo (PEREZ, 2006, 2014)⁷. Em cada caso (em cada tipo de juízo) podemos observar que as representações intelectuais não se sustentam na sua validade senão em relação com algum tipo de elemento sensível. Essa operação de Kant é o que chamamos de **semântica transcendental**.

A utilização do termo **semântica** refere aos problemas de sentido, significação e referência dos conceitos expostos explicitamente por Kant em toda a sua obra. O problema do significado dos conceitos não é uma invenção de Kant. No diálogo *Crátilo* de Platão (2014), encontramos uma reflexão sobre a origem da linguagem e a relação das palavras com aquilo que referem. Na *Lógica* Aristóteles (2008) se desenvolve não só o significado da palavra senão também de uma proposição. Poderíamos dizer ainda que as elaborações de logos apofântico e logos semântico referem à questão da significação. O termo *semantikos* que aparece também nos estudos dos estóicos é traduzido por semântico e em alemão por *bezeichend*, expressão usada por Kant. Em *Sumulae logicales* de Pedro Hispano (1986), que retoma boa parte da tradição escolástica também encontramos desenvolvimentos de teorias da significação e da suposição de algo como uma semântica intencional e extensional, bem como a suposição se sustenta numa semântica realista (Beuchot, 1992). No *Ensaio sobre o entendimento humano* Locke (2012) também aborda o problema do significado das palavras. Isso é para mostrar que não se trata de um problema novo, descoberto neste século nem no passado. O próprio Donald Davison (1985, p. 199) afirma que o estudo da estrutura geral da linguagem foi realizado por Platão, Aristóteles, Hume, Kant, Russell, Frege, Wittgenstein, Carnap, Quine e Strawson.

Entretanto, Kant não tem nenhuma teoria da origem da linguagem como também não tem nenhuma uma teoria geral da significação, apenas aborda o problema da validade das proposições com relação à significação dos conceitos e para isso usa uma semântica bastante específica que Loparic (2000) chama de **Transcendental**. Trata-se dos elementos e do modo da relação de significação que permite decidir se um determinado tipo proposicional pode ser válido ou não em uma determinada experiência, seja esta cognitiva, prática, estética, de direito ou da história. Não é outra coisa que a indagação acerca do *que* (*was*) se relaciona e de *como* (*wie*) se relaciona.

A velha ontologia como ciência do ser e da metafísica como conhecimento do suprassensível foi substituída em Kant pela análise de tipos proposicionais e a constituição de campos de sentido onde essas proposições podem vir a fazer sen-

tido, isto é, podem ser ditas válidas ou inválidas e com isso podem vir a ser utilizadas na formulação de problemas e eventualmente das suas respectivas resoluções.

5. A NATUREZA HUMANA E A TEORIA DO JUÍZO

A teoria do juízo de Kant parte de uma estrutura do tipo S.p e distingue, segundo o modo geral de validação em analíticos (cuja resolução está dada pelo princípio de identidade e de não contradição) e sintéticos (cuja resolução não está dada pelo princípio de identidade e de não contradição e precisa de outro elemento), estes últimos por sua vez se dividem em *a posteriori* e *a priori* com relação à experiência. A **semântica transcendental** refere ao *que* e ao *como* destas últimas proposições. Por sua vez, as proposições sintéticas *a priori* se dividem em diferentes tipos segundo seja o tipo de experiência que se precisa abordar (cognitiva, prática, estética...).

Porém, a tarefa de Kant não acaba aqui senão que consiste ainda em construir o aparelho que faz funcionar as regras em cada caso. O operador ou executor das regras é chamado por Kant de sujeito, homem (em sentido genérico), natureza humana, gênero humano, humanidade, povo ou comunidade segundo seja o tipo proposicional e a experiência em questão. O sujeito da experiência cognitiva precisa ter conceitos, operadores lógicos e também percepções (primeira crítica), mas não precisa ter um sentimento de respeito, isso sim é imprescindível na experiência moral (segunda crítica). Do mesmo modo, a experiência estética exige um sentimento de prazer e desprazer (terceira crítica), mas o afeto de entusiasmo é imprescindível no julgamento sublime e na história (terceira crítica e segunda parte do Conflito das faculdades). Em cada caso a sensibilidade específica se corresponde com o tipo de juízo em cada experiência.

Poderíamos dizer ainda que o procedimento de trabalho que realizamos desde Kant se reconhece nos seguintes passos: 1. partimos do tipo de proposição fundamental que se enuncia na experiência em questão, 2. achamos seus ingredientes, 3. enunciamos suas regras sintáticas, 4. enunciamos suas regras referenciais, 5. enunciamos os operadores e 6. construímos o executor das regras e dos operadores que permite formular o enunciado dentro de um campo de sentido. Não só que não se trata já de dar conta da totalidade do ser senão que também não se trata de erigir um sujeito unificador. Embora possamos dizer que

se trate da mesma razão, o seu funcionamento, os elementos que operam e o próprio operador mudam.

Com este procedimento não só damos unidade sistemática à leitura da filosofia transcendental, mostrando que não se trata ora de teoria do conhecimento, ora de moral ora de arte, ora de biologia, mas da possibilidade dos juízos sintéticos, senão que também podemos ir para além das experiências e tipos de juízos formulados por Kant e entender a semântica transcendental como tarefa filosófica. Nesse sentido, o programa de trabalho pode avançar: 1. Dentro da própria obra de Kant; 2. Na leitura da história da filosofia; 3. Abordando as condições de possibilidade de outras experiências.

6. O PROGRAMA DE TRABALHO DENTRO DA PRÓPRIA OBRA DE KANT

No ano de 1982, Zeljko Loparic, perante a mesa de exame da faculdade de filosofia e letras da Universidade Católica de Louvain, defendia sua tese de doutorado trabalhada desde 1978 e intitulada *Scientific solving-problem in Kant and Mach*. A tese do trabalho é que a Crítica da razão pura é uma teoria da resolução de problemas inevitáveis da razão e, nesse sentido, a metafísica da natureza de Kant é um programa de investigação científica no campo da natureza. Para isso, propõe que o método usado por Kant é o da análise e síntese dos geometras gregos, que a razão é um aparelho humano de resolver de problemas com operações e representações sensíveis e operações e representações intelectuais. Propõe também que a analítica transcendental seja interpretada como semântica transcendental, isto é, uma teoria *a priori* da referência e da verdade que fundamentaria a teoria da resolução dos problemas de Kant. Assim, a metafísica da natureza, como programa *a priori* de investigação científica possui um primeiro nível baseado na doutrina do cânone do poder do juízo e um segundo nível, baseado no cânone heurístico ou regulativo da razão especulativa. Nesse sentido se desenvolve uma teoria dinâmica da matéria como programa *a priori* de investigação para a mecânica racional. O trabalho de doutoramento tem uma segunda parte dedicada à concepção de ciência de Mach estabelecendo uma relação com Kant. Com relação à primeira parte, desde 1982 uma série de trabalhos sobre temas e problemas específicos tem sido publicada na forma de artigos e capítulos de livro com os desdobramentos dessa tese, do mesmo modo, outros prosseguiram em diferentes tópicos e apresentaram seus resultados na forma de

dissertações, teses e artigos. Nesse sentido, um número significativo de pesquisadores desenvolveram dissertações e teses avançando em diferentes pontos na interpretação semântica durante as décadas de 1990 e 2000. Suze Piza, Olavo Pimenta, Marcos Alberto Oliveira, Agostinho Meirelles, Orlando Linhares, Alexandre Hahn, Claudio Sipert, Andrea Faggion, Joaõzinho Beckenkamp, Fábio Scherer, entre outros (inclusive eu mesmo) trabalharam na linha aberta por Loparic em Campinas⁸. Atualmente há várias teses em desenvolvimento em diferentes programas de pós-graduação no Brasil que trabalham, dialogam ou rejeitam a interpretação semântica. Durante esse período também, se percebeu que aquele trabalho desenvolvido na primeira crítica podia ser desenvolvido na segunda com as proposições práticas, mas tarde com as proposições reflexionantes, do direito, da história, da pedagogia, da política, da virtude e assim por diante.

Nesse sentido, podemos continuar progredindo para elucidar o problema dos diferentes tipos de juízos e dos objetos dos diferentes domínios bem como a construção dos diferentes operadores indagando os textos publicados, as lições, as reflexões e as cartas.

7. OS RESULTADOS SUBSEQUENTES DO PROJETO DE KANT

No século XIX o idealismo alemão desde Fichte, Schelling, Schopenhauer e Hegel se propuseram uma filosofia depois de Kant e com grandes críticas contra ele. Atacaram sua falta de unidade última, a negativa de poder aceder à coisa em si⁹, o que consideraram logicismo ou formalismo e caracterização seu trabalho em vários momentos como psicologia. Certamente, não se trata de uma superação do kantismo ou de um aprofundamento, mas de uma mudança de projeto. Com efeito, no idealismo alemão se trata de outro projeto filosófico, um projeto que enuncia suas afirmações desde o absoluto e é desde esse lugar impossível que se enunciam também as críticas contra Kant. Assim, passamos da interrogação pelas condições de possibilidade das proposições sintéticas de uma experiência em cada caso (cognitiva, moral, estética, etc.) à perspectiva da totalidade. Por essa via retornamos à afirmação de aquilo que não pode ser sustentado, segundo a filosofia crítica. Retomar os projetos do idealismo alemão desde sua base significa um modo de afirmar o procedimento metafísico que Kant tinha criticado desde 1781. No entanto, ao reavivarem o problema da unidade do sistema e o problema do acesso à coisa em si servem de base para as tentativas

posteriores de um pensamento ontológico, especialmente no que diz respeito a novas tentativas autodenominadas de realistas em todas suas modalidades.

No século XX encontramos vários projetos filosóficos que retomaram a questão da metafísica e da ontologia e que nós dividiremos em quatro linhas fundamentais de investigação: 1. fenomenologia; 2. filosofia analítica; 3. marxismo; 4. pós-estruturalismo. A Fenomenologia parte da crítica de Husserl contra Descartes e Kant e abre um novo campo de investigação desenvolvido mais tarde por Heidegger, Sartre, Merleau Ponty e os atuais fenomenólogos. A Filosofia analítica no que diz respeito à ontologia parte de Russell e Carnap e avança com Quine, e atualmente Searle e os semanticistas lógicos. Nessa linha, Kant recebeu críticas sobre a noção de experiência e a validade de sua invenção de “juízos sintéticos *a priori*”. O marxismo desenvolveu uma ontologia com Lucacks, outra com Adorno e atualmente outra com Badiou, bem mais distantes de Kant. O pós-estruturalismo de Deleuze e de Derrida, com diversas modalidades estão propondo outro tipo de debate sobre a ontologia e a metafísica. Seja como for, em todos os casos encontramos críticas contra Kant como elemento decisivo do seu labor filosófico. Em geral, desde o conjunto das quatro linhas as críticas são contra sua falta de introdução do tempo histórico, a noção de experiência, a invenção dos juízos sintéticos ou a elaboração do sujeito transcendental. Um diagnóstico preliminar nos mostra que em grandes traços não foi possível fazer filosofia e retomar o problema da metafísica e da ontologia sem estabelecer uma relação com a obra de Kant. Dado o horizonte amplo do debate apenas indicarei quatro obras recentemente publicadas. No século XXI se publicaram quatro trabalhos (segundo as linhas anteriormente indicadas) sobre ontologia e metafísica que se propõem pensar a questão depois de Kant: 1. Quentin Meillassoux (2008) *After Finitude: An Essay On The Necessity Of Contingency*, Markus Gabriel (2011) *Transcendental Ontology: Essays in German Idealism*, 3. Timothy Williamson (2013) *Modal Logic as Metaphysics*; 4. Renuad Barbaras (2013) *Dinamique de la manifestacion*. Meillassoux procura um realismo especulativo retomando sua herança em relação com Alan Badiou. Discute a questão do sujeito e do sentido das proposições a partir de Descartes e contra Kant, Gabriel procura explicar o ser também a partir do absoluto desde a tradição iniciada por Schelling, questiona a investigação kantiana das condições de possibilidade reivindicando um realismo das condições de possibilidade das condições de possibilidades, Williamson se inscreve na tradição analítica num diálogo com Kripke e Russell trabalhando o sentido das proposições no registro da semântica, finalmente, Barbaras resgata a fenomeno-

logia de Husserl repensando as condições da experiência. Entendemos que nesse horizonte de propostas e debates é possível retomar a filosofia transcendental no que diz respeito àquilo que consideramos como a *realidade* e o *agir* em relação com ela e nela. Considero que é possível em cada caso dar uma resposta desde a própria obra de Kant. O resultado da retomada da obra de Kant para responder a formulações ontológicas contemporâneas é o que chamaremos um neokantismo semântico. O procedimento a ser retomado é o da interrogação acerca das condições de possibilidade de uma experiência a partir da pergunta pela condição de possibilidade do enunciado. O início da tarefa se pauta pelo ponto de enunciação do enunciado em questão ao qual devemos retornar para poder esclarecer e determinar o próprio ponto de partida. É assim que entendemos o percurso kantiano que vai da pergunta pela possibilidade das proposições sintéticas até o desenvolvimento de uma antropologia do ponto de vista pragmático como ciência.

Nos últimos anos, no âmbito da filosofia analítica tem se desenvolvido uma grande quantidade de trabalhos em semântica e pragmática que nos permitem avançar nas questões ontológicas e metafísicas com novas ferramentas, algumas delas não só consideram a estrutura dos enunciados na linguagem senão também o sujeito da enunciação. No âmbito da fenomenologia se avançou no conceito de experiência em relação com um eu ou um sujeito dessa experiência. Tanto um elemento quanto outro (elementos de semântica e pragmática e a noção de experiência) pode ser considerado útil para avançar na ideia de uma semântica como filosofia.

Consideramos também que a partir do procedimento de trabalho da semântica transcendental é possível refazer uma leitura da história da filosofia a partir dos seus problemas, dos modos de resolução e da validação desses modos de resolução.

Entendemos que a interpretação de Lucas Angioni sobre a obra de Aristóteles se aproxima desse tipo de abordagem. Também a leitura de McDougal sobre Hegel destaca o elemento semântico. Sonia Barreto e Suze Piza ensaiaram a semântica transcendental e a semântica existencial num caso e a semântica histórica noutro caso na leitura de Heidegger e Foucault respectivamente em suas diferentes teses de doutorado na Unicamp. Do mesmo modo Patricia Kauark propõe uma semântica e uma pragmática para dar conta das condições de possibilidade da indagação de campos semânticos em mecânica quântica. Robert Hanna reivindica explicitamente um neokantismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Tratados de lógica*. México: Editorial Porrúa, 2008.
- BARBARAS R. *Dinamique de la manifestacion*. Paris: Vrin, 2013.
- BEUCHOT, M. *La filosofía del lenguaje en la Edad Media*. Cidade do México: UNAM, 1992.
- BONACCINI, J. A. *A dialética em Kant e Hegel. Ensaio sobre o problema da relação entre ser e pensar*. Natal: Editora da UFRN, 2000.
- _____. *Kant e o problema da coisa em si no idealismo alemão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- BRANDT, R. *The table of judgments: critique of pure reason* (A 67-76; B 92-101). Atascadero, CA: Ridgeview, 1995.
- BRITTAN, G. *Kant's theory of science*. Princeton: Princeton University Press, 1978.
- BUTTS, R. Kant's schemata as semantical rules. In: BECK, L.W. (Ed.). *Kant studies today*. La Salle, IL: Open Court, 1969. p. 290-300.
- CAIMI, M. *La metafísica de Kant: reconstrucción de la argumentación del escrito de Kant: los progresos de la metafísica desde la época de Leibniz y de Wolff*. Buenos Aires: Editora Eudeba, 1989.
- COHEN, H. *Kant's theorie der erfahrung*. Berlin: Harrwitz und Gossmann, 1885.
- DAVAL, R. *La métaphysique de Kant: perspectives sur la métaphysique de Kant d'après la théorie du schématisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1951.
- DAVISON, D. *Inquiries into truth and interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 1985.
- DICKERSON, A. B. *Kant on representation and objectivity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- DUQUE, F. Estudio preliminar. In: KANT, I. *Los progresos de la metafísica desde Leibniz y Wolff*. Madrid: Editorial Tecnos, 1987.
- FAGGION, A.; BECKENKAMP, J. *Temas semânticos em Kant*. São Paulo: DWW Editorial, 2013.
- FREULER, L. *Kant et la pétaphysique spéculative*. Paris: Vrin, 1992.
- GABRIEL, M. *Transcendental ontology: essays in German idealism*. London;New York: Continuum, 2011.
- HANNA, R. *Kant and the foundations of analytic philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 2001.
- HEIDEGGER, M. *Kant und das problem der metaphysik*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1998.
- HINTIKKA, J. *Logic, language-games, and information: Kantian themes in the philosophy of logic*. Oxford: Oxford University Press, 1973.
- HISPANO, P. *Tratados, llamados después sùmulas de lógica*. Tradução M. Beuchot. Cidade do México: UNAM, 1986.
- HOGREBE, W. *Kant und das problem einer transzendentalen semantik*. München; Freiburg: Verlag Karl Alber GmbH, 1974.

- KANT, I. *Kant's gesammelte schriften*. Berlin: W. de Gruyter, 1901.
- _____. *Sueños de un visionario explicados por los sueños de la metafísica*. Madrid: Alianza Editorial, 1987.
- _____. *Sueños de un visionario explicados por los sueños de la metafísica*. Buenos Aires: Leviatán, 2004.
- _____. *El conflicto de las facultades*. Buenos Aires: Editorial Losada, 2004.
- _____. *Los progresos de la metafísica desde Leibniz y Wolff*. Madrid: Editorial Tecnos, 1987.
- _____. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- _____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Barcarolla; Discurso Editorial, 2009.
- _____. *Metafísica dos costumes*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- KITCHER, P. *Kant's transcendental psychology*. New York: Oxford University Press, 1990.
- LASK, E. *Die logik der philosophie und die kategorienlehre*. Jena: Schleglmann, 2003.
- LAYWINE, A. *Kant's early metaphysics and the origins of the critical philosophy*. NAKS. California: Ridgeview Publishing Company, 1993. v. 3.
- LOCKE, J. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- LOPARIC, Z. O fato da razão: uma interpretação semântica. *Analytica*, v. 4, n. 1, p. 13-55, 1999.
- _____. *A semântica transcendental de Kant*. Campinas, SP: CLE, 2000.
- _____. Acerca da sintaxe e da semântica dos juízos estéticos. *Studia Kantiana*, v. 3, n.1, p. 49-90, 2001.
- _____. O problema fundamental da semântica jurídica de Kant. In: PEREZ, D. O. (Org.). *Kant no Brasil*. São Paulo: Editora Escuta, 2005. p. 273-313.
- _____. Os juízos de gosto sobre a arte na terceira crítica. *Kant e-Prints: Revista Internacional de Filosofia*, v. 5, n. 1, p. 119-141, 2010. Disponível em: <<https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php?journal=kant-e-prints&page=article&op=view&path%5B%5D=386&path%5B%5D=289>>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- McDOWELL, J. *Mind and world*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- MEILLASSOUX, Q. *After finitude: an essay on the necessity of contingency*. Translation Ray Brassier. London: Continuum, 2008.
- PEREZ, D. O. Sentido e moral kantiana a partir de sua estrutura argumentativa. *Anais de Filosofia*, São João Del Rey, MG: UFSJ, v. 6, p. 89-96, 1999.
- _____. O sentimento moral em Kant. *Revista Tempo da Ciência*, UNIOESTE, v. 8, n.15, 2001.
- _____. *Kant no Brasil*. São Paulo: Editora Escuta, 2005.
- _____. O sentido das proposições reflexivas. *Crítica*, UEL, v. 11, p. 35-96, 2006.
- _____. Os significados da história em Kant. *Philosophica*, Lisboa, v. 28, p. 67-107, 2006.
- _____. *Kant e o problema da significação*. Curitiba: Champagnat, 2008.

_____. A loucura como questão semântica: uma interpretação kantiana. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 95-117, 2009.

_____. História e teleologia na filosofia kantiana: resposta às críticas de Ricardo Terra contra a Escola Semântica de Campinas. *Studia Kantiana*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 144-159, 2014.

PLATÃO. *Crátilo*. São Paulo: Paulus, 2014.

SELLARS, W. *Science and metaphysics: variations on Kantian Themes*. London: Routledge & Kegan Paul, 1968.

TERRA, R. R. História e direito em 1784: comentários sobre a interpretação da Escola Semântica de Campinas. *Studia Kantiana*, v. 12, p. 175-194, 2012.

VALENTIM, M. A. Sobre a concepção kantiana de existência: a filosofia transcendental como niilismo. *Studia Kantiana* v. 9, p. 201-226, 2009.

WILLIAMSON, T. *Modal logic as metaphysics*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

WOLFF, C. *Erste Philosophie oder Ontologie*. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 2005.

ZOCHER, R. *Kants grundlehre: ihr sinn, ihre problematik, ihre aktualität*. Erlangen: Universitätsbibliothek Erlangen, 1959.

NOTAS / NOTES

- ¹ Existe uma série de trabalhos que foi consultada na elaboração desta pesquisa. Citamos os mais relevantes para nossa reflexão. Laywine (1993) *Kant's early metaphysics and the origins of the critical philosophy*. Daval (1951) *La métaphysique de Kant: perspectives sur la métaphysique de Kan d'après la théorie du schématisme*. Freuler (1992) *Kant et la métaphysique spéculative*.
- ² Tradução: *Por três vezes sua imagem em vão se movimenta entre as mãos como um vento sutil como um fugaz sonho*. (VIRGÍLIO. *Eneida* II 793-794 e VI 701-702).
- ³ Temos utilizado duas traduções como referência para a leitura e interpretação do texto em alemão, uma em castelhano e a outra em português. Porém, a tradução escrita no texto é nossa.
- ⁴ Desenvolvi uma análise do procedimento deste texto em Perez, (2008, p. 92 e ss) *Kant e o problema da significação*. (2009) *A Loucura como questão Semântica: uma Interpretação Kantiana*.
- ⁵ Para um estudo aprofundado do conceito de metafísica nos *Progressos* há um trabalho de Mario Caimi (1989) *La metafísica de Kant: reconstrucción de la argumentación del escrito de Kant: los progresos de la metafísica desde la época de Leibniz y de Wolff*. Também Feliz Duque (1987) *Estudio preliminar*. In: Kant, I. *Los progresos de la metafísica desde Leibniz y Wolff*.
- ⁶ Existe uma série de trabalhos publicados por vários pesquisadores no interior da interpretação semântica na forma de artigos, dissertações e teses, citarei aqui como indicação os publicados em Faggion e Beckenkamp (2013). O termo "escola semântica de Campinas" foi formulado por Ricardo Terra em (2012).
- ⁷ Cada um desses casos foi tratado sob diferentes aspectos em artigos, dissertações e teses na escola semântica de Campinas.
- ⁸ Com relação às dissertações originadas a partir da semântica transcendental da primeira crítica e seus desdobramentos na totalidade da filosofia transcendental orientadas pelo próprio Zeljko Loparic podemos destacar: Marco Antonio Frangiotti. *Kant e a análise geométrica grega*. 1989; Silvio Pinto. *Uma reconstrução lógica da segunda antinomia da razão pura*. 1991; Daniel Omar Perez. *Significação dos conceitos e solubilidade dos problemas*. 1996; Marcos Alberto de Oliveira. *Razão problematizante e investigação científica na filosofia*

kantiana da natureza. 2000; Agostinho de Freitas Meirelles. *História e objetividade em Kant*. 2002; Olavo Calabria Pimenta. *Elementos fundamentais da analítica transcendental de Kant*. 2003; Andréa Luisa Bucchile Faggion. *O papel do facto da razão na fundamentação da moralidade em Kant*. 2003; Cesar Tadeu Fontoura. *Aspectos semânticos da exposição transcendental do juízo de gosto. Estudo sobre a estética kantiana na Crítica da faculdade do juízo*. 2004; Alexandre Hahn. *Problemas semânticos na doutrina da virtude de Kant*. 2005; Fábio César Scherer. *Intuição e dedução nas regras para a direção do espírito*. 2005; Juliano César de Lazari. *O método combinado de análise e síntese em Kant*. 2006; Chelaine da Silva. *Faktum der Vernunft: considerações sobre suas interpretações*. 2006; Cláudio Sipert. *O problema da realidade objetiva da idéia do sumo bem em Kant*. 2008; Ricardo Machado Santos. *Moralidade e história na Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita de Kant*. 2010; Fabiano Queiroz da Silva. *A liberdade prática na Crítica da razão de Kant: o problema da compatibilidade entre a solução crítica da terceira antinomia e o Cânone*. 2010; Rodrigo Augusto Rosa. *Sistemas teóricos em Kant: o controle da experiência mediante as máximas da razão*. 2011; Ricardo Machado Santos. *Moralidade e História na Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita de Kant*; 2011; Diego Frederichi. *Posse Jurídica e Estado na Doutrina do Direito de Kant*. 2014.

Com relação às teses de doutorado também orientadas por Loparic podemos destacar: Leopoldo Fulgencio. *O método especulativo em Freud*. 2001. Daniel Omar Perez. *Kant e o problema da significação*. 2002. Fábio César Scherer. *Teoria kantiana dos juízos jurídico-políticos a priori segundo o método de análise e síntese*. 2005. Alexandre Hahn. *A função da antropologia moral na filosofia prática de Kant*. 2005. Marcos Alberto de Oliveira. *A idéia de uma doutrina da virtude na metafísica kantiana dos costumes*. 2005. Orlando Bruno Linhares. *A gênese das antinomias matemáticas kantianas*. 2005. Andrea Luisa Bucchile Faggion. *Dedução transcendental e esquematismo transcendental*. 2007. Alexandre Hahn. *A função da antropologia moral na filosofia prática de Kant*. 2009. Agostinho de Freitas Meirelles. *Crítica e história na filosofia de Kant*. 2009. Fábio César Scherer. *Teoria kantiana dos juízos jurídico-políticos a priori segundo o método de análise e síntese*. 2010. Cláudio Sipert. *A modificação de sentido do sumo bem na filosofia tardia de Kant*. 2013. Suze de Oliviera Piza. *Semântica transcendental e semântica histórica*. 2014. Ricardo Machado Santos. *Sobre os fins da razão: Auto-formação e perfeição moral do homem no pensamento tardio de Kant*, 2015. Rodrigo Augusto Rosa. *A Synthesis Speciosa como uma abordagem modelo-teórica das ciências exatas em Kant*, 2015.

Essas produções se desdobraram em outras pesquisas orientadas por outros pesquisadores em cursos de pós-graduação de outras universidades brasileiras, especialmente na Universidade Estadual de Londrina e na Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

- ⁹ Em Juan Adolfo Bonaccini (2000), encontramos um excelente estudo das ideias e das antinomias em Kant, da questão do absoluto em Hegel e de como se apresente a crítica de Hegel a Kant sobre a questão das antinomias. Em Juan Adolfo Bonaccini (2003), encontramos a reconstrução da questão da coisa em si em Kant e sua contemporaneidade. O estudo contempla o exame de Reinhold, Jacobi, Maimon, Schulze, Beck, Fichte, Schelling e Hegel. Além da abordagem de interpretações do século XX sobre o problema, tais como: Prauss, Buchdahl e Allison. Ambos os trabalhos de Bonaccini (2000, 2003) são ponto de partida para um conhecimento da mudança de projeto sobre o problema abordado por Kant.